



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a gestão
da Secretaria de Estado de Cultura
(Secult)

— 26/11/2020 —

I – Apresentação

No dia 26/11/2020, as Comissões de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Extraordinária de Turismo e Gastronomia receberam Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2020, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

II – Presenças

- Deputado Bosco, presidente da reunião
- Deputado Marquinho Lemos
- Deputado Mauro Tramonte
- Deputado Doutor Jean Freire
- Deputada Laura Serrano
- Deputado Virgílio Guimarães
- Deputado Carlos Pimenta
- Deputado Professor Cleiton
- Deputada Celise Laviola

III – Discussões

O secretário de Estado de Cultura e Turismo expôs os programas executados pela pasta e fez um balanço das ações empreendidas no segundo semestre de 2020, com foco na mitigação dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre os dois setores de competência da pasta.

O gestor declarou que as ações da sua pasta buscam convergir as políticas para ambas as áreas, destacando que o turismo cultural responde por 71% do fluxo de visitantes em Minas Gerais. Ressaltou ainda o forte efeito negativo da pandemia na cultura e no turismo, uma vez que foram os primeiros segmentos a terem suas atividades interrompidas.

1) Cultura

Em relação ao setor cultural, o titular da pasta ressaltou a criação do programa Arte Salva, realizado em parceria com aproximadamente 60 instituições públicas e privadas de Minas Gerais, e que foi executado de junho a outubro de 2020. O programa previa a execução de ações de fomento ao setor cultural e de doações a profissionais desse segmento, além da realização de ações de capacitação. Mais de 330 mil pessoas e 495 entidades foram beneficiadas com doações de alimentos, cestas básicas, máscaras e livros.

Em relação ao fomento, foram alocados R\$6 milhões no Fundo Estadual de Cultura – FEC – para a publicação de três editais emergenciais: Arte Salva Fundo Estadual de Cultura, Arte Salva Museu Seguro e Arte Salva Exibe Minas. Também por meio do programa foram realizadas 23 *lives* e 8 cursos de capacitação.

No que se refere aos recursos transferidos ao Estado por meio da Lei Aldir Blanc – Lei Federal n 14.017, de 29/6/2020 –, o secretário detalhou as ações que a pasta planejou executar para distribuir os valores. Ressalte-se que, do montante de cerca de R\$ 300 milhões destinados ao Estado de Minas Gerais, aproximadamente R\$ 160 milhões foram repassados diretamente pela União aos municípios. O aporte do restante do recurso ficou a cargo do Estado. A Lei Aldir Blanc prevê a aplicação dos valores transferidos por meio de três categorias de ações: renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura; manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e editais e outros instrumentos destinados ao fomento do setor cultural.

Em relação ao pagamento da renda emergencial, o secretário informou que em 23/11/2020 foi iniciado o pagamento do auxílio emergencial a 2.177 artistas, os quais fazem jus ao recebimento de cinco parcelas de R\$600,00, totalizando assim R\$3 mil, valor este que seria repassado em parcela única.

Já sobre os editais, o gestor apontou que a pasta aportou R\$119,5 milhões para a publicação de 27 deles para a seleção de propostas, de premiação e de credenciamento. Segundo ele, os editais contemplam as áreas de música, dança, circo, teatro, literatura, culturas populares e tradicionais entre outras. Por fim, relatou também a realização de 10 *lives*, com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil, para orientar artistas, gestores e técnicos de cultura sobre a norma.

Quanto à dificuldade surgida da necessidade de apresentação de documento de regularidade fiscal para se ter acesso aos benefícios da Lei Aldir Blanc, o secretário explicou que a Advocacia-Geral do Estado – AGE – entendeu que a dispensa contida no art. 19 do Decreto Estadual nº 48.059, de 8/10/2020, que dispõe sobre a aplicação dos recursos da lei em questão, não encontra na legislação em vigor. Já em relação à vedação da participação de integrantes da administração pública nos editais da Lei Aldir Blanc, o titular da pasta informou que a Secretaria de Estado de Cultura e turismo – Secult – elaborou nota técnica favorável ao pleito e a encaminhou à AGE. Tais questões foram apontadas pelos parlamentares como restrições burocráticas que dificultavam o acesso aos recursos àqueles que mais necessitavam dele e que, por isso, precisavam ser sanadas.

O secretário também mencionou ações desenvolvidas durante o período da pandemia por órgãos ligados à Secult. Na Fundação Clóvis Salgado, houve apresentações virtuais e gratuitas de seus corpos estáveis – Orquestra Sinfônica, o Coral Lírico de Minas Gerais e a Companhia de Dança Palácio das Artes. Já na Empresa Mineira de Comunicação – EMC –, o titular da pasta destacou a nova programação da Rede Minas, a produção de 300 peças com esclarecimentos sobre a Covid-19 e sobre os programas geridos pela secretaria, e a realização de 12 novas séries jornalísticas. Por seu turno, na Rádio Inconfidência foi destacado o aumento de 100% da audiência da rádio e a disponibilização por *streaming* de cinco canais de música.

Quanto às ações relativas ao patrimônio cultural, o gestor destacou o aporte de aproximadamente R\$6.133.000,00 para a realização de obras de manutenção e restauração de diversos equipamentos, com destaque para a restauração do Vapor Benjamin Guimarães, a ser realizada em parceria com o Ministério da Cultura; a revitalização das fachadas das edificações que compõem o Centro Histórico de Córregos, em Conceição do Mato Dentro; as intervenções no imóvel da Praça da Liberdade que abrigará a nova sede do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG –; dentre outros.

Também foi salientada a ampliação do perímetro do Circuito Liberdade, cuja gestão foi repassada à Secult, que elabora o Circuito Turístico Liberdade, com o objetivo de ampliar a transversalidade entre a cultura e o turismo, para fazer de Belo Horizonte o ponto de partida para as demais atrações do Estado.

Já em relação aos demais equipamentos culturais sob gestão da Secult, o secretário evidenciou a ampliação das atividades virtuais do Museu Mineiro, da Casa Alphonsus de Guimaraens, da Casa Guignard, do Centro de Arte Popular, do Museu dos Militares Mineiros e da Casa Guimarães Rosa. Observou ainda que foram prestadas 117 assessorias técnicas a museus de Minas Gerais.

Por fim, foram listadas as metas de atuação da Secult para o exercício de 2021: implantação do Circuito Liberdade, com formatação de seu plano de promoção turística, ampliação dos equipamentos e das rotas turísticas que o integram, criação de linha turística de ônibus para servi-lo, conexão dele com eventos culturais, parceria com a Secretaria de Educação para que receba visita guiada das escolas e capacitação dos professores a seu respeito; publicação de novos editais de fomento à cultura e elaboração de projeto da nova Pinacoteca do Estado de Minas Gerais.

Entre os pontos levantados pelas deputadas e pelos deputados presentes sobre a cultura, podem ser citados:

- questionamentos acerca da execução da Lei Aldir Blanc no Estado, notadamente em relação à exigência de apresentação de documentação de regularidade fiscal dos pretensos beneficiários e à vedação da participação de integrantes de órgãos públicos afetos à política cultural nos editais da Lei Aldir Blanc;
- esclarecimento sobre a realização de ações comemorativas para celebração dos 300 anos de Minas Gerais;
- demanda de ações de salvaguarda e manutenção das bandas de música do interior e de articulação com a Secretaria de Estado de Educação na gestão dos conservatórios de música do Estado.

RQN nº 7.027, de 2020: pedido de providências à Secult e à AGE para instituir grupo de trabalho conjunto para simplificação de procedimentos e adequação das exigências burocráticas às peculiaridades da área cultural.

RQN nº 7.828, de 2020: pedido de informações ao titular da Secult sobre a situação da execução das metas do Plano Estadual de Cultura.

RQN nº 7.029, de 2020: pedido de providências à Advocacia-Geral do Estado – AGE – para que seja elaborado estudo com vistas à edição de decreto nos moldes do Decreto nº 47.898, de 2020, que prorrogou até o fim de agosto de 2020 a validade de certidões de débitos tributários negativas e positivas, especialmente para o setor cultural e à prorrogação da validade das certidões até 31/12/2020 ou outra data que se aproxime ou se iguale ao prazo final para cumprimento dos requisitos para recebimento dos recursos previstos na Lei Federal nº 14.017, de 2020 – Lei Aldir Blanc; para que se informe quais serão os beneficiários da prorrogação aludida; e, caso existam editais lançados pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo para fins da Lei Aldir Blanc, cujo prazo já se tenha esgotado, seja feita a análise de vigência retroativa para esse decreto que se busca seja editado, a fim de se buscar garantir a isonomia.

RQN nº 7.030, de 2020: pedido de providências ao presidente da Câmara dos Deputados para que aprecie projeto de lei que prorroga para 31/12/2021 os prazos de execução de recursos transferidos pela União para ações emergenciais.

RQN 7.031, de 2020: pedido de providências para que proponha alteração da Lei Federal nº 14.017, de 29/6/2020 – Lei Aldir Blanc –, com o intuito de desburocratizar os mecanismos nela previstos, em especial no que se refere à regularidade fiscal dos destinatários das ações emergenciais durante o período da pandemia de covid-19.

RQN nº 7.032, de 2020: pedido de providências à Secult para que realize pesquisa sobre a diversidade cultural de Minas Gerais e disponibilize esses dados para a sociedade, bem como credencie artistas, técnicos, agentes e grupos culturais para facilitar o acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultura no Estado.

RQN 7.033, de 2020: pedido de providências para que seja regulamentado o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, previsto no Plano Estadual de Cultura e no art. 5º, III, "d", da Lei nº 22.944, de 15/1/2018.

RQN nº 7.036, de 2020: pedido de providências à Secult para que regulamente o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais.

RQC nº 7.836, de 2020: encaminhamento ao governador do Estado de Minas Gerais da correspondência do Conselho Estadual de Política Cultural e Conselhos Municipais de Cultura dirigida ao advogado-geral do Estado, Sr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, em que solicitam revisão do entendimento que exclui conselheiros da sociedade civil dos editais lançados pelo Estado para execução dos recursos da Lei Federal nº 14.017, de 29/6/2020.

2) Turismo

Segundo o secretário, a retomada do turismo no Estado será gradual, por meio de três ações estratégicas adotadas pela secretaria para incentivar esse retorno: Minas para Minas, para desenvolvimento do turismo interno; Minas para o Brasil, para atração de turistas do resto do País; e Minas para o Mundo, para atração de turistas estrangeiros. Segundo ele, apesar da baixa oferta de produtos turísticos mineiros para fora do Estado, o que se reflete, entre outros aspectos, em uma baixa ocupação da rede hoteleira de Belo Horizonte, apuração do Observatório do Turismo de Minas Gerais já registra recuperação do turismo no interior do Estado.

Com relação ao projeto Minas para Minas, o secretário detalhou que se trata de uma campanha pautada no pertencimento a Minas Gerais realizada nas redes sociais e em mídia de massa, visando fortalecer o turismo e a cultura no Estado. Segundo ele, o projeto funcionou bem para os municípios do interior, mas não para o turismo na Capital. Por isso, haverá um esforço da gestão para fomentar o turismo em Belo Horizonte.

Outra ação apresentada pelo gestor foi a habilitação do Estado para recebimento do selo Viagem Segura, iniciativa do World Travel & Tourism Council (WTTC), ou Conselho Mundial de Viagens de Turismo, que certifica destinos seguros por adotarem medidas de mitigação da pandemia. Apontou ainda a implementação do Selo Turismo Responsável – Limpo e Seguro, em parceria com o Ministério do Turismo e a criação de área destinada a ônibus de turismo no Terminal Israel Pinheiro (Rodoviária de Belo Horizonte) como medidas de incentivo à recuperação do setor.

Citou também o Portal Minas 360, que disponibiliza visitação virtual de atrativos turísticos, facilitando o planejamento de visitas.

O secretário retomou um tema que tem sido discutido reiteradamente na Assembleia, que é a importância cultural e turística da gastronomia mineira, por meio do Plano Cozinha Mineira. Esclareceu a mudança conceitual e simbólica que justifica a substituição do uso do termo “gastronomia mineira” por “cozinha mineira” e afirmou que existe planejamento para submetê-la ao reconhecimento como patrimônio cultural pela Unesco.

Ressaltou a importância do critério Turismo para repasse de ICMS aos municípios, afirmando que esse mecanismo estimula a organização turística local, fortalece a política pública e a gestão do setor, e anunciou que, no ano de 2020, a iniciativa foi finalista no Prêmio Inova 2020 do Governo de Minas.

Entre os pontos destacados pelas deputadas e pelos deputados presentes sobre o turismo, podem ser citados:

- incentivo à diversificação das modalidades de turismo fomentadas pelo Estado, como o turismo de montanha, turismo de paisagem, turismo náutico, etc;
- necessidade de alteração na legislação sobre publicidade governamental, que dificulta a divulgação dos atrativos turísticos do Estado fora de Minas;

- demanda pela elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico da região do Lago de Furnas, em especial pela aprovação da Emenda Constitucional nº 106, de 2020, cuja finalidade é a preservação dos Lagos de Furnas e Peixoto;
- necessidade de duplicação da ponte de acesso a Santana do Riacho, Lapinha da Serra e à Serra do Cipó, cuja degradação é entrave para o desenvolvimento do turismo na região;
- empenho da secretaria para o desenvolvimento dos circuitos turísticos do Norte do Estado.

Posicionamento do secretário:

- Parceria com a Assembleia para implementação da Emenda à Constituição nº 106, de 2020;
- Busca de parceria com o Ministério do Turismo para melhoria da estrada até Lapinha da Serra e a Serra do Cipó, em especial da ponte de acesso a Santana do Riacho;
- Formação de grupo de estudo com parlamentares para buscar formas de apoiar a descentralização das políticas de turismo e culturais;
- Criação de espaço dedicado a ônibus de turismo no Terminal Israel Pinheiro (Rodoviária de Belo Horizonte).

COMPROMISSOS

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2020.